

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro Durval Ângelo



Processo n.: 1.077.186 Natureza: Representação

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Jaguaraçu

**Representante:** Eri Vieira Duarte, Vereador da Câmara Municipal de Jaguaraçu

## À Coordenadoria de Débito e Multa

Defiro o pedido de pagamento da multa em 12 (doze) parcelas, conforme solicitado pelo Sr. José Júnio Andrade de Lima, por meio de seu procurador, Sr. Lucas Dias Rodrigues à peça 51 do SGAP.

Deve essa Coordenadoria intimar o requerente do deferimento e informá-lo de que as parcelas são reajustadas nos termos previstos no art. 366 da Resolução 12/2008<sup>1</sup>.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2024.

Durval Ângelo Conselheiro Relator (assinado digitalmente)

(...)

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Art. 366. O Tribunal ou o Relator poderá autorizar o recolhimento parcelado da importância devida a título de multa, em até 12 (doze) vezes.

<sup>§ 1</sup>º O pedido de parcelamento deverá ser dirigido ao Relator, em petição escrita e fundamentada.

<sup>§ 2</sup>º As parcelas deverão ser devidamente atualizadas, observando-se o índice oficial adotado pelo Tribunal, que será fixado em ato normativo próprio.

<sup>§ 3</sup>º A falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor e o responsável responderá pelo seu pagamento integral na data do vencimento imediatamente posterior à da inadimplência.